



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – Exercício 2020.**

Unidade Gestora: 05401 - Fundo Especial de Recursos e Despesas

### **1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

As demonstrações contábeis do setor público, aplicáveis a esta unidade gestora, referentes ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei complementar nº 101/00, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público - NBC TSP, e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e incluem:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais; e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas às demonstrações contábeis estão definidas abaixo:

#### **➤ Disponibilidades**

As disponibilidades (Caixa e Equivalente de Caixa) são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. Quando em moeda estrangeira, é realizada a conversão para moeda nacional, à taxa de câmbio vigente a data do Balanço Patrimonial.

No tocante as aplicações financeiras de liquidez imediata, a mensuração ou avaliação levará em conta o valor original, atualizado até a data do Balanço Patrimonial.



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

➤ **Créditos e Dívidas**

Os direitos a receber e as obrigações a pagar são mensurados ou avaliados pelo valor original, e quando em moeda estrangeira, os créditos e dívidas serão convertidos à taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial.

➤ **Estoques**

Os estoques são mensurados ou avaliados pelo custo de aquisição, que compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos não recuperáveis, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços, deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.

O valor evidenciado na demonstração refere-se ao valor contábil total em estoque e será reconhecido como despesa no momento em que for consumido

➤ **Imobilizado**

O ativo imobilizado é reconhecido com base no valor de aquisição, produção ou construção.

- 1 Na aquisição, o valor compreende o preço de compra, impostos de importação e outros tributos não recuperáveis, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio, mão de obra decorrente da aquisição, honorários profissionais e preparação do local, ou seja, gastos atribuíveis para a colocação do ativo no local e em condições de operação.
- 2 Na produção ou construção o valor refere-se, em síntese, ao material e mão de obra diretamente empregados e os custos indiretos de produção ou construção.

No tocante aos ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o registro é efetuado pelo valor justo na data do recebimento, considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimentos técnicos ou o valor patrimonial definido nos termos de doação.

Para os gastos posteriores à aquisição ou registro do ativo imobilizado são incorporados ao valor do ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço. No custo de reposição de parte do ativo, a incorporação ao valor do ativo se dá sempre quando haja uma melhoria ou adição complementar significativa.

Nas transferências de ativos recebidas pelo TJSE, o reconhecimento é pelo valor contábil líquido constante dos registros da entidade de origem.

O Órgão está realizando o inventário, portanto, ainda está em andamento.



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

➤ **Ativo Intangível**

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do TJSE e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou produção, e caso sejam obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimentos técnicos ou o valor patrimonial definido no termo de doação.

➤ **Ajuste de Exercícios Anteriores**

Realiza-se o ajuste de exercícios anteriores quando, em exercícios passados, não tenha sido reconhecido um fato que reduz ou aumenta a situação patrimonial, conforme mensura o regime da Competência. Assim, no exercício em apuração, a contabilidade deve registrar os fatos não reconhecidos no Patrimônio Líquido, na conta Ajuste de Exercícios Anteriores.

➤ **Resultado do Exercício**

Registra os superávits ou déficits do exercício.

### 3. **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

➤ **Critérios para Elaboração**

O Balanço Orçamentário contempla o orçamento com suas alterações e a execução orçamentária, demonstrando as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme preconizado pela Lei nº 4.320/64.

Ele encontra-se estruturado de acordo com a Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 07, bem como com orientações da 8ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

No Balanço Orçamentário, as receitas foram evidenciadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; já as despesas foram demonstradas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, liquidadas, pagas e o saldo da dotação.

➤ **Alteração Orçamentária**

<b>Título</b>	<b>Exercício 2019</b>
Dotação Inicial (I)	79.040.000,00
Crédito Suplementado por Superávit Financeiro (II)	23.716.021,00
Crédito Suplementado por Redução de Recursos em outros Órgãos (III)	3.738.979,00
<b>Dotação Atualizada (IV) = (I) + (II) + (III)</b>	<b>106.495.000,00</b>



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cabe destacar que o Crédito Suplementado por Redução de Recursos em outros Órgãos se deu através das seguintes Portarias da Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe:

- Portaria 327/2020: R\$ 3.738.979,00.

➤ **Receita Orçamentárias**

O quadro a seguir apresenta as receitas orçamentárias previstas, atualizadas e efetivamente arrecadadas.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Receitas Correntes	79.040.000,00	79.040.000,00	73.604.979,96	-5.435.020,04
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	79.040.000,00	79.040.000,00	50.542.848,63	-28.497.151,37
Receita Patrimonial	0,00	0,00	1.047.561,57	1.047.561,57
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	22.014.569,76	22.014.569,76
<b>Receitas de Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>374.500,00</b>	<b>374.500,00</b>
Alienação de Bens	0,00	0,00	374.500,00	374.500,00
<b>Total das Receitas</b>	<b>79.040.000,00</b>	<b>79.040.000,00</b>	<b>73.979.479,96</b>	<b>-5.060.520,04</b>
Déficit			10.895.203,24	
<b>TOTAL</b>	<b>79.040.000,00</b>	<b>79.040.000,00</b>	<b>84.874.683,20</b>	<b>5.834.683,20</b>
Saldo de Ex. Anteriores	0,00	23.716.021,00	0,00	-23.716.021,00
Superávit Financeiro	0,00	23.716.021,00	0,00	-23.716.021,00

- Houve um **Déficit de Arrecadação** de R\$ - 5.435.020,04 (Previsão Atualizada - Receitas Realizadas).

- Alienação de Bens no valor de R\$ 374.500,00 correspondeu ao I Leilão de Bens Móveis Inservíveis de 2020, conforme consta em Ofício nº 2557/2020-SEAD, Proc. SEI nº 0017147-77.2020.8.25.8825.

➤ **Despesas Orçamentárias**

O quadro a seguir apresenta as despesas orçamentárias desde a dotação inicial até o saldo excedente, considerando a dotação atualizada e as despesas empenhadas.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Desp. Correntes	75.116.327,00	98.221.327,00	81.079.589,45	72.776.881,47	72.776.881,47	17.141.737,55



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Pessoal/enc. sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Out. desp. correntes	75.116.327,00	98.221.327,00	81.079.589,45	72.776.881,47	72.776.881,47	17.141.737,55
<b>Desp. de Capital</b>	<b>3.923.673,00</b>	<b>8.273.673,00</b>	<b>3.795.093,75</b>	<b>2.444.272,04</b>	<b>2.419.532,04</b>	<b>4.478.579,25</b>
Investimentos	3.923.673,00	8.273.673,00	3.795.093,75	2.444.272,04	2.419.532,04	4.478.579,25
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>79.040.000,00</b>	<b>106.495.000,00</b>	<b>84.874.683,20</b>	<b>75.221.153,51</b>	<b>75.196.413,51</b>	<b>21.620.316,80</b>
SUPERÁVIT			0,00			
<b>TOTAL</b>	<b>79.040.000,00</b>	<b>106.495.000,00</b>	<b>84.874.683,20</b>	<b>75.221.153,51</b>	<b>75.196.413,51</b>	<b>21.620.316,80</b>

- Houve uma **Economia de Gastos** de R\$ 21.620.316,8 (Despesas Empenhadas - Dotação Atualizada);

- O **Resultado Orçamentário** corresponde a um **déficit** de R\$ 10.895.203,24 (Receita Arrecadada - Despesas Empenhadas).

- Quanto ao **Desequilíbrio Orçamentário** entre a Previsão Atualizada da Receita e a Dotação Atualizada da Despesa, durante a execução orçamentária, deu-se por conta da abertura de créditos suplementado por Superávit Financeiro no valor de R\$ 23.716.021,00, bem como a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como fontes de recursos a redução de recursos em outros Órgãos no valor de R\$ 3.738.979,00.

➤ **Restos a Pagar**

✓ **Restos a Pagar Processados - RPP**

- Saldos de Inscrição em Exercícios Anteriores a 2020: R\$ 0,00;

- Inscrição em 31/12/2020: R\$ 24.740,00;

- Saldo Total de RPP para 2021: R\$ 24.740,00.

✓ **Restos a Pagar Não Processados - RPNP**

- Saldo de Inscrição em Exercícios Anteriores a 2020: R\$ 8.768.966,95;

- Pagamentos em 2020: R\$ 5.679.333,46;

- Cancelados em 2020: R\$ 3.044.924,64;

- Saldo a Pagar de Exercícios Anteriores a 2020: 44.708,85;

- Inscrição em 31/12/2020: R\$ 9.653.529,69;

- Saldo Total de RPNP para 2021: R\$ 9.698.238,54.



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### 4. BALANÇO FINANCEIRO

##### ➤ Critérios para Elaboração

O Balanço Financeiro foi elaborado de acordo com o disposto no artigo 103, da Lei 4.320/64 cominado com as orientações contidas no MCASP e Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 06, demonstrando a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

As receitas e despesas orçamentárias foram apresentadas por destinação de recursos (destinação vinculada e/ou destinação ordinária).

##### ➤ Detalhamento das Receitas e Despesas por Fonte de Recursos

ESPECIFICAÇÃO	Fonte Recursos	Exercício Atual	
		Ingressos	Dispêndios
<b>INGRESSOS</b>			
<b>Receitas Orçamentárias</b>			
Ordinárias	<b>270</b>	73.979.479,96	84.874.683,20

A receita orçamentária do FERD é oriunda da arrecadação de custas judiciais, extrajudiciais, taxa judiciárias, bem como serviços administrativos.

O saldo disponível proveniente do exercício anterior foi de R\$ 33.370.174,53 e a disponibilidade financeira transferida para o exercício seguinte foi de R\$ 26.484.581,57. Desta conjugação apurou-se o resultado financeiro negativo de R\$ -6.885.592,96. Esse decréscimo no disponível desta Unidade Gestora foi aferido através da movimentação financeira demonstrada no Balanço Financeiro e da geração líquida de caixa e equivalentes apurada no Demonstrativo de Fluxo de Caixa.

Os recursos financeiros se encontram distribuídos nas contas correntes relacionadas na tabela a seguir:

SALDO EM ESPÉCIE TRANSFERIDO PARA O EXERCÍCIO DE 2020					
Banco	Agência	Conta	Saldo Conta Corrente	Saldo Aplicação Financeira	Saldo Total
BANESE	34	400.158-2	183.679,32	1.255.614,31	1.439.293,63



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

BANESE	34	400.512-0	32.271,80	1.606.763,48	1.639.035,28
BANESE	34	400.511-1	60.007,09	685.737,67	745.744,76
BANESE	34	400.557-0	0,14	1.697.450,38	1.697.450,52
BANESE	34	400.582-0	0,27	688.180,94	688.181,21
BANESE	34	400.672-0	55,48	3.189.591,85	3.189.647,33
BANESE	34	400.682-7	57,58	14.418.375,21	14.418.432,79
BANCO DO BRASIL	3611-0	5.939-0	0,01	2.666.796,04	2.666.796,05
<b>TOTAL</b>			<b>276.071,69</b>	<b>26.208.509,88</b>	<b>26.484.581,57</b>

## 5. BALANÇO PATRIMONIAL E SUAS VARIAÇÕES

### ➤ Critérios para Elaboração do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais

O **Balanço Patrimonial** é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, bem como instruída pelas Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 04.

### ➤ Composição do Balanço Patrimonial

O **ativo circulante** encerrou o exercício de 2020 com o valor total de R\$ 27.951.130,59, sendo que 94,75% deste montante coube ao grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa”.

O estoque apresentou saldo de R\$ 1.466.549,02, porém, por motivo de entrada dos bens ao final do exercício de 2020 e inscrição em Restos a Pagar Não Processados, houve a seguinte divergência em relação ao demonstrativo do Balanço de Materiais apresentado pelo Divisão de Almoxarifado:



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Conciliação Consumo - FERD/2020 DEZEMBRO/2020			
	Documento	Valor	Total
<b>Saldo GRP</b>			R\$ 1.466.549,02
<b>Processos a Liquidar</b>			R\$ 48.705,01
Refrigeração Flora LTDA	3.222-1	R\$ 35.524,00	
Refrigeração Flora LTDA	3.225-1	R\$ 13.181,00	
Sergiauto LTDA	-----	R\$ 0,01	
<b>Saldo Material</b>			R\$ 1.515.254,03

O ativo imobilizado (móveis e imóveis) monta em R\$ 77.934.150,61, o que representa 96,31% de todo o ativo “não circulante”, cujo total foi de R\$ 80.923.163,33. Segundo instruções do MCASP, o imobilizado foi apresentado pelo valor líquido, já descontado da depreciação e amortização acumuladas. Cabe destacar que devido uma inconsistência de parametrização das contas do sistema, as Despesas de Capital liquidadas somaram R\$ 4.065.273,33, porém só incorporou ao ativo o valor de R\$ 2.305.313,02, restando assim uma diferença de R\$ 1.759.960,31 que foi contabilizada de forma equivocada como Variação Patrimonial Diminutiva. Por impossibilidade de reabrir o Exercício de 2020 para ser corrigido no mesmo, faz-se necessário a inclusão deste fato relevante nesta Nota Explicativa, demonstrando inclusive mais a frente o impacto no Resultado Patrimonial. Ressaltamos, ainda, que esse saldo pendente de integralização será devidamente lançado na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores no Exercício de 2021.

O passivo circulante montou em R\$ 378.503,12, composto pelo valor dos Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 24.740,00 e Depósitos e Cauções em dinheiro no valor de R\$ 353.763,12. Não houve registros de obrigações exigíveis de longo prazo.

O Patrimônio Líquido foi R\$ 108.495.790,80.

➤ **Resultado apurado na Demonstração dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes**

- **Ativo Financeiro** foi de R\$ 26.484.581,57, sendo representado em sua totalidade por Caixa e Equivalentes de Caixa;

- **Ativo Permanente** foi de R\$ 82.389.712,35, sendo representado pelo Estoque, Imobilizado e Intangível;

- **Passivo Financeiro** foi de R\$ 10.076.741,66, composto por R\$ 24.740,00 de Saldo de Restos a Pagar Processados, R\$ 9.698.238,54 de Saldo de Restos a Pagar Não Processados e R\$ 353.763,12 de Depósitos e Cauções em dinheiro;

- **Passivo Permanente** não comportou saldo.

Sendo assim, o **Saldo Patrimonial** apurado no Balanço Patrimonial através do confronto entre ativos e passivos financeiros e permanentes montou em R\$ 98.797.552,26.





ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

➤ **Superávit Financeiro**

Conforme o Quadro do Superávit Financeiro (Ativo Financeiro – Passivo Financeiro), anexo do Balanço Patrimonial, observa-se que esse apresentou **Superávit Financeiro** no valor de R\$ 16.407.839,91, sendo Fonte de Recursos para abertura de créditos adicionais.

➤ **Critérios para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais**

A Demonstração das Variações Patrimoniais foi elaborada de acordo com o artigo 104, da Lei nº 4.320/64, com estrutura orientada pela 8ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 05, tendo por escopo a evidenciação das alterações verificadas no patrimônio, resultantes e independentes da execução orçamentária, através da apuração do resultado patrimonial do período.

➤ **Resultado Patrimonial do Exercício**

Através do confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas, chegou-se ao **resultado patrimonial** do exercício, que foi **negativo** em **R\$ -8.069.745,63**. Ressaltamos que o referido déficit se encontra devidamente registrado em Resultados Acumulados, no Balanço Patrimonial. No entanto, como esclarecido anteriormente, o saldo de 1.759.960,31 de Despesas de Capital foram equivocadamente contabilizados como uma Variação Patrimonial Diminutiva (Serviços) em vez de ser incorporados ao Ativo. Com isso, o resultado patrimonial deveria ter apresentado o valor deficitário de R\$ -6.309.785,32.

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	50.542.848,63
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.252.472,96
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	22.184.158,37
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>73.979.479,96</b>

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	
BENEFÍCIOS A PESSOAL	6.984.320,56
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.755.715,34
SERVIÇOS	67.200.024,97
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	3.007.520,37
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	745.637,03



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	172.363,51
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	12.330,80
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	971.403,52
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.199.909,49
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)</b>	<b>82.049.225,59</b>

## 6. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

A Demonstração de Fluxo de Caixa foi apurada pelo método direto, de acordo com as orientações do MCASP e Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 08.

O resultado líquido das **Atividades Operacionais** ficou negativo em R\$ -3.194.819,63.

O resultado líquido das **Atividades de Investimentos** ficou negativo em R\$ -3.690.773,33.

Não houve Fluxo de Caixa referente às **Atividades de Financiamentos**.

A **Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa** ficou negativa em R\$ -6.885.592,96.

O saldo relativo à Caixa e Equivalentes de Caixa **Final** de R\$ 26.484.581,57, apresentado nos Demonstrativos Contábeis, corresponde ao saldo total apresentados nos Extratos Bancários.

Aracaju/SE, 26 de abril de 2021.

Augusto Mendonça Conceição  
Diretor Financeiro  
CRC/SE nº 5320/SE